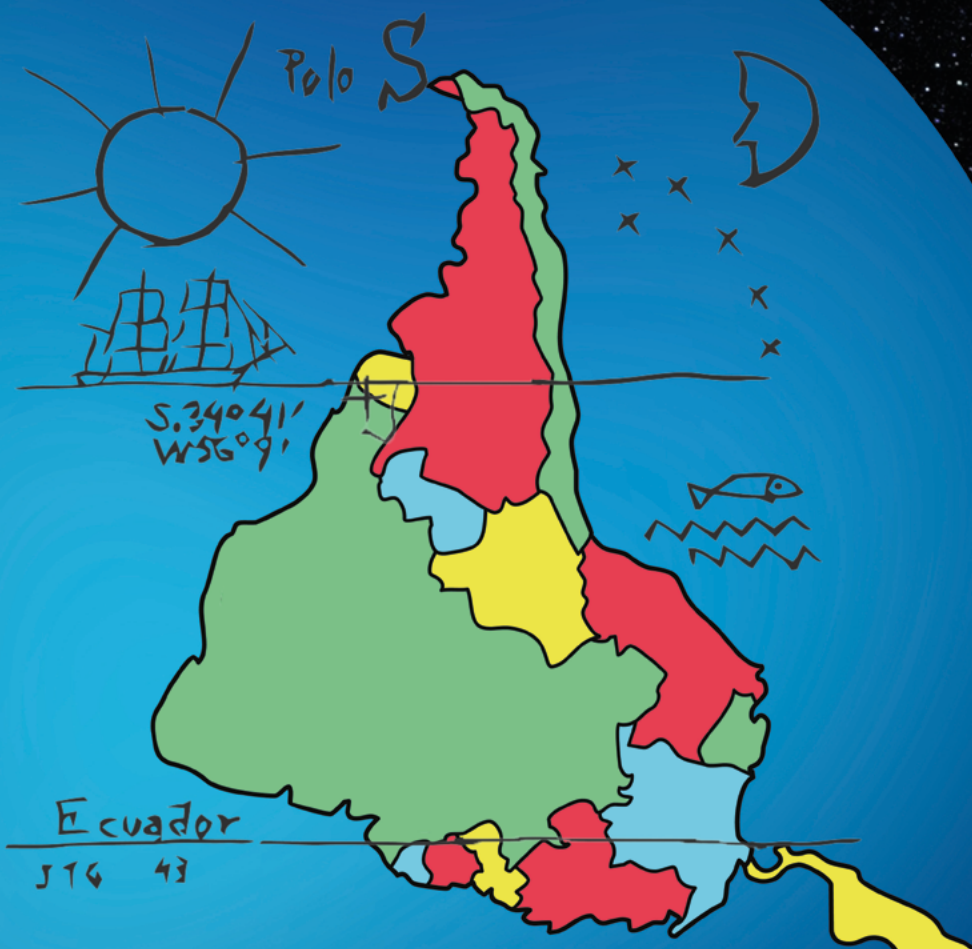


GRASSINETE C. DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA
(ORGANIZADORA)



DECOLONIALIDADE PONTOS E CONTRAPONTOS NA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA CRÍTICA

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo–SP)

- O48d Oliveira, Grassinete C. de Albuquerque (org.).
Decolonialidade: pontos e contrapontos na educação linguística crítica /
Organizadora: Grassinete C. de Albuquerque Oliveira; Prefácio de Kleber
Aparecido da Silva.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2022;
figs.; quadros.
- Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-620-2.
1. Formação de Professores. 2. Linguística Aplicada. 3. Prática Pedagógica.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadora.
-

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Formação de professores – Estágios. 370.71
2. Didática - Métodos de ensino instrução e estudo– Pedagogia. 371.3
3. Linguagem, Línguas – Estudo e ensino. 418.007
4. Linguística aplicada. 468

GRASSINETE C. DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA
(ORGANIZADORA)

DECOLONIALIDADE
PONTOS E CONTRAPONTO NA
EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA CRÍTICA

Copyright © 2022 – Da organizadora representante dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: ACESSA Design

Direito Autoral do Mapa: Foto do Mapa Invertido: Museo Torres García - *El norte es el Sur*, 1935

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil – 2022



AGRADECIMENTOS

Ao Tito Oliveira, meu esposo e incentivador nas escrevivências.

Aos Pesquisadores que fizeram parte da construção deste livro. Cada um evidencia a necessidade de pensar as linguagens, a educação, as literaturas e os discursos com vistas para uma educação linguística crítica e para a transformação social.

Aos Pesquisadores do Grupo Geadel-Ufac, por oportunizarem o debate rumo a uma educação crítica decolonial.



SUMÁRIO

PREFÁCIO

FAZER LINGUÍSTICA APLICADA CRÍTICA É FAZER O QUÊ? _____ 11

Kleber Aparecido da Silva

APRESENTAÇÃO

CONTEMPORANEIDADE E (MÁS) PRÁTICAS ANTIGAS _____ 15

Rosemeyre Moraes de Oliveira

PARTE I

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E DECOLONIALIDADE

**EM FAVOR DA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA CRÍTICA DECOLONIAL:
PERSPECTIVAS EM UM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LINGUÍSTICA APLICADA _____ 33**

Grassinete C. de Albuquerque Oliveira

Angela B. C. Themudo Lessa

**DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PARA PENSAR A
EDUCAÇÃO DOCENTE _____ 57**

Rubens Lacerda de Sá

Sueli Salles Fidalgo

**DEVENIRES MÍSTICOS EN LA EDUCACIÓN: HACIA LA
DESCOLONIZACIÓN DEL MÉTODO _____ 75**

Jafte Dilean Robles Lomelí

**(DE)COLONIALIDADE LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUAS:
REFLEXÕES NO CONTEXTO DE TRÍPLICE FRONTEIRA
BRASIL-PERU-BOLÍVIA_____ 87**

Maristela Alves de Souza Diniz

Ghislaine Brito Arruda

**ESCREVIVÊNCIAS E ETNOGRAFIAS DO ENSINO: OS
MULTILETRAMENTOS AFRO-BRASILEIROS DE CONCEIÇÃO
EVARISTO_____ 109**

Amilton Queiroz

Ezilda Maciel

Simone Lima

Rogério Mesquita

**PARTE II
DISCURSO E DEMOCRACIA**

**DO BRASIL PARA OS ESTADOS UNIDOS: A DEMOCRACIA RACIAL
NA AULA DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS_____ 131**

Fernanda Righi

**TRAÇOS NEOCOLONIAIS NO DISCURSO SOBRE UMA “RELIGIÃO
BRASILEIRA”: OPRESSÃO E TENTATIVAS DE DOMINAÇÃO
RELIGIOSA_____ 157**

Luciano Mendes Saraiva

Wilder Kleber Fernandes de Santana

**NOTAS SOBRE FOUCAULT, A NECROPOLÍTICA E A INDIGNIDADE DE
FALAR PELOS OUTROS_____ 171**

Éderson Luís Silveira

PARTE III
LETRAMENTOS E PEDAGOGIA DECOLONIAL

LETRAMENTO DECOLONIAL CRÍTICO: UM OLHAR SOBRE O LIVRO DIDÁTICO_____ **201**

Silvia Conceição Armada Martins

APONTAMENTOS SOBRE O NARRADOR BENJAMINIANO EM MILTON HATOUM_____ **219**

Juciane Cavalheiro

LETRAMENTO CARTOGRÁFICO DIGITAL CRÍTICO E PEDAGOGIA DECOLONIAL: GEOLOCALIZANDO E PROBLEMATIZANDO MONUMENTOS HISTÓRICOS_____ **231**

André Effgen de Aguiar

USOS LINGÜÍSTICOS E PRODUÇÕES DE ESSENCIALISMOS NA CARACTERIZAÇÃO DE PERSONAGENS: UMA ANÁLISE DA OBRA REI NEGRO, DE COELHO NETO_____ **269**

Andressa Queiroz da Silva
Shelton Lima de Souza

SOBRE A ORGANIZADORA_____ **297**

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)_____ **299**

PREFÁCIO

FAZER LINGUÍSTICA APLICADA CRÍTICA É FAZER O QUÊ?

Kleber Aparecido da Silva
Universidade de Brasília/Brasília/Brasil
Stanford University/San Francisco/Estados Unidos

“Mas a tarefa de se esquivar dos fantasmas do passado logo se revela nada fácil, pois o colonialismo deixou uma sombra muito longa e sinuosa que ainda ofusca a capacidade das suas vítimas de outrora de enxergar a realidade das coisas. Pois o colonialismo foi muito mais que um capítulo macabro na história da humanidade, onde um grupo de nações europeias se auto outorgaram o direito de se lançar numa aventura predatória rumo a distantes povos da África, Ásia e América Latina e submetê-los a inomináveis iniquidades e humilhações, sugando impiedosamente suas riquezas e deixando-os na penúria e total desamparo.

O colonialismo tomou conta da mente dos povos dentro do regime de escravatura (muitas vezes disfarçado com outros nomes e eufemismos engenhosos) a que os conquistadores os submeteram na sua incansável procura por bens alheios, movida pela ganância e de-

lírrio desmedido de sua suposta superioridade moral e intelectual. E a sequela mais gritante e danosa dessa lavagem cerebral a que os povos dominados foram submetidos leva o nome de colonialidade.

Rajagopalan (2023, p. 10, no prelo)

“*Decolonialidade: pontos e contrapontos na educação linguística crítica*”, é uma significativa coletânea organizada por Grassinete C. de Albuquerque Oliveira, pesquisadora, educadora e ativista da Universidade Federal do Acre (UFC), voltada a professores e (trans)formadores atuantes na área, assim como a alunos de Letras/Linguística/Linguística Aplicada (Crítica), cujo objetivo central é promover reflexões e compartilhar conhecimentos acerca do ensino de línguas e discursos, sob perspectivas contemporâneas críticas, plurais e decoloniais (SILVA e COBUCCI, 2023, no prelo; PESSOA, SILVA e FREITAS, 2021).

Reunindo 12 (doze) capítulos redigidos por professores universitários brasileiros de diferentes partes do Brasil e estrangeiros, a obra é fruto de uma ação de extensão ocorrida em 2021, entre os dias 14 de julho a 06 de outubro de 2021, na modalidade *on-line*, com pesquisadores do “Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso e Ensino de Línguas”, da Universidade Federal do Acre (UFC), em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. A obra constitui-se de pesquisas que visam discutir o pensar/agir decolonial, a partir do que Pessoa, Silva e Freitas (2021) definem como praxiologias decoloniais.

“(...) O termo substitui teorias, pois compreendemos que, pelo menos na nossa área, teorias não podem ser dissociadas da prática. Essa é a nossa forma de interpretar o argumento de Freire (2005) de que não há prática sem teoria, nem teoria sem prática. Usar os dois termos é dicotomizá-los, isto é, reforçar um binarismo que, além de não explicar, hierarquiza conhecimentos em nossa área. Também usamos educação linguística como uma expressão ampla, que engloba a forma-

ção crítica docente e evita outra dicotomia: ensino e aprendizagem, já que, como também afirma Freire, não existe ensinar sem aprender (FREIRE, 2001). A nosso ver, a educação acontece na construção dialógica do conhecimento, onde todas as pessoas e materialidades envolvidas ensinam e aprendem ao mesmo tempo. Já o termo crítica envolve a problematização: das iniquidades da vida social, buscando transformá-la em bases mais justas; das normas hegemônicas, objetivando entender como se constituíram assim; dos limites de nosso conhecimento; e de futuros desejáveis, pautados por princípios éticos”.

(PESSOA, SILVA E FREITAS, 2021, p. 16)

Ao refletir como os diferentes professores-pesquisadores que investigam e problematizam a colonialidade em suas múltiplas formas, os artigos presentes nesta coletânea colaboram para uma (re)construção de saberes, dialogando com as diferenças, questionando as formas de poder e promovendo a responsabilidade na construção de sociedades mais justas, crítica, emancipatórias e democráticas (FREIRE, 1997).

Os textos destacam-se pelo altíssimo nível de qualidade, atualização, consistência, caráter emancipatório e, certamente, fazem jus ao gabarito, prestígio, competência e profissionalismo de cada um/a de seus/suas autores/atrizes. A coletânea é, acima de tudo, um presente ao/a leitor/a, a quem é oferecida a oportunidade de vivenciar, através dos capítulos, um processo de reflexão crítica e avaliação criteriosa e sistemática acerca de questões relacionadas à educação linguística crítica, uma vez que é de suma importância e uma grande influência em nossas salas de aula.

Enfocando diferentes olhares a coletânea amplia e aprofunda o escopo teórico metodológico no que tange ao ensino de línguas e apresenta, por sua vez, suas implicações no ensino-aprendizagem e para a formação de educadores (de línguas) e de outros agentes educacionais. Nesse prisma, a obra contempla inúmeras questões e aspectos cruciais para o fortalecimento das capacidades de reflexão e ava-

liação crítica do complexo processo de educação linguística que mais bem se adequa às particularidades de seu contexto de atuação.

Em suma, visto que esta coletânea é pioneira na perspectiva que se propõe, na medida em que viabiliza a (re)construção de visões e teorizações (re)construída a partir dos diálogos com perspectivas contemporâneas, plurais, críticas e antirracistas; traz, também, contribuições singulares para a área em contexto nacional e para o Sul Global.

Sugere-nos, também, que busquemos formas para que estes textos circulem internacionalmente, promovendo o importante, necessário e desejável diálogo entre diferentes pesquisadores/as e seus trabalhos e, acima de tudo, permitindo a confluência, nem sempre pacífica, mas certamente enriquecedora e libertadora, de diferentes visões e formas de se viver (e fazer) o mundo, o ensino-aprendizagem de línguas e a pesquisa acadêmico-científica.

Parabenizo à colega Grassinete C. de Albuquerque Oliveira e autores/as pela obra que certamente trará uma sólida contribuição para a nossa área de pesquisa e de investigação científica. E tento esboçar uma possível resposta a pergunta inicial deste prefácio: Fazer Linguística Aplicada Crítica (LAC) é fazer o quê? Fazer LAC é fazer pesquisas propositivas, críticas e decoloniais que possam trazer contribuições significativas para a sociedade e para a escola, construindo assim para um pensar glocal e um agir global. Boa leitura para todos vocês!

Referências Bibliográficas

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

PESSOA, R. R.; SILVA, K. A.; FREITAS, C. C. (Orgs). **Praxiologias do Brasil Central sobre educação linguística críticas**. São Paulo: Pá de Palavra, 2021.

RAJAGOPALAN, R. Prefácio. In: SILVA, K. A. (Orgs). **Perspectivas Decoloniais nos Estudos da Linguagem**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2023, (no prelo).

SILVA, K. A. (Orgs). **Perspectivas Decoloniais nos Estudos da Linguagem**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2023, (no prelo).

APRESENTAÇÃO

CONTEMPORANEIDADE E (MÁS) PRÁTICAS ANTIGAS

Rosemeyre Moraes de Oliveira

*Liberdade, liberdade! Abra as asas sobre nós (bis)
E que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz¹*

Emoção define o sentimento de receber o convite para apresentar um livro, este livro. Ao passar os olhos pela lista de seções e capítulos, observando seus títulos e autores, um sentimento foi somado à emoção inicial: a responsabilidade.

Diante do complexo tema e de renomados pesquisadores no campo da Linguística Aplicada Crítica e da Literatura constantes no rol de autores dos capítulos, a responsabilidade se mostra ainda maior: como apresentar suas pesquisas? Imbuída dessa tarefa procedi à leitura dos textos, embeveci-me de cada um deles, não de forma romântica, mas, diante da contribuição social e histórica em busca da decolonialidade.

1 Samba enredo – Imperatriz Leopoldinense – 1989–Autores: Jurandir / Niltinho Tristeza / Preto Joia / Vicentinho.

Cada parágrafo e cada capítulo foram escritos para alertar os malefícios herdados do Período Colonial ainda praticados e propor soluções para que nossa cultura e sociedade sejam renovadas a partir do conhecimento que é gerado em nossas escolas e universidades.

A experiência desta apresentação foi prazerosa. Inicialmente, procurei esmiuçar os conceitos centrais de colonização, colonialidade e decolonialidade para facilitar a compreensão do leitor; posteriormente, cada capítulo foi descrito, não como antecipação, mas pensando em incentivar a leitura do texto completo.

Sem mais delongas, a partir do próximo parágrafo, discorrerei acerca do livro em si, obra recomendável para pesquisas e estudos que têm na educação linguística crítica decolonial seu cerne.

O conceito de educação linguística crítica é apresentado, segundo Oliveira e Lessa que compõem essa obra—Parte I, primeiro capítulo—, como sendo uma forma de pensar a educação (e para além dela) como problematização do mundo e de si mesmo por meios das línguas(gens) e discursos proferidos socialmente. Amparadas em conceitos foucaultianos, bakhtinianos e freireanos, as autoras proclamam a necessidade de se articular caminhos para uma educação linguística crítica que reveja, constantemente, o mundo e a si mesmo nos inúmeros fios ideológicos que envolvem o sujeito no tempo presente, sem esquecer do passado e como possibilidade de transformar o futuro. Ser crítico, para as autoras, envolve engajamento e responsabilidade político-social.

Ao pensarmos em decolonialidade, pensamos também em questões de independência, que se nos mostra sob vários aspectos: educação, cultura, economia, identidade nacional, entre outros. Surge também o “desprendimento” da noção de que só existe um caminho possível, pensamento esse oriundo da modernidade capitalista e da história de exploração das colônias; dessa maneira, ao buscar rupturas completas, abrem-se caminhos ao encontro das pluralidades, do direito de ser diferente (já que se é independente) de pensar e construir saberes próprios advindo de experiências próprias.

Para entender o pensamento decolonial e o conceito de decolonialidade, é preciso decifrá-los historicamente. O Colonialismo é um período histórico em que as grandes navegações e descobertas de novas terras/continentes fizeram surgir as colônias de exploração, ou seja, a dominação de determinados países sobre as terras ou recém-descobertas ou tomadas pós-invasão.

As Metrôpoles exerciam amplo domínio sobre as Colônias, controlando o povo, as riquezas locais, as matérias-primas, entre outras formas de dominação, no que tange ao Brasil podemos citar a exploração da mão-de-obra de nativos para extração da madeira nativa, do ouro e de pedras preciosas, riquezas essas que contaram como enriquecimento das Metrôpoles europeias.

Os costumes, culturas e religiões das Metrôpoles também foram impostos às colônias: no caso brasileiro, a religião oficial passou a ser o catolicismo e houve proibição e perseguição a nativos e escravizados de cultivar suas divindades, desvalorizando todo o pré-existente à chegada dos colonizadores.

Assis (2014) destacou a importância do colonialismo para a expansão capitalista iniciada no oriente europeu; o autor também refere que todo esse contexto histórico deu início à Modernidade, cuja característica fundante são os processos de dominação. Com esse contexto, a Europa era tida como referência de Estado Moderno, de desenvolvimento civilizatório, científico e cultural, sistema de poder fortalecido pela lógica capitalista; destarte, modernidade e capitalismo juntos podem ser considerados, segundo Assis, como gênese para a globalização, que dividiu os países em “desenvolvidos” e os “subdesenvolvidos” em que as relações de colonização e domínio eram claros.

Assim, o modo de tratamento das Metrôpoles ou colonizadores para suas colônias demarcou o conceito de Colonialidade, que define os modos e a condição do poder que ainda reside na sociedade que vivemos, ora tratada como subdesenvolvida. Em outros termos, podemos dizer que o colonialismo gerou a colonialidade não como sinônimo, mas como consequência.

De acordo com Ballestrin (2013), a Colonialidade mostrou o *“lado obscuro e necessário da Modernidade”* diante da dominação e controle realizados sobre os recursos, trabalho, capital e conhecimento nas relações de poder do colonizador, sob a ótica do mercado capitalista, em relação ao colonizado. Se o Colonialismo, enquanto período histórico, foi findado, a colonialidade ainda assola nossos dias e é reproduzida em várias práticas sociais, entre elas, no discurso, sendo este objeto da Linguística Aplicada Crítica, ciência na qual os autores dos capítulos deste são especialistas, pesquisadores e professores.

As heranças coloniais de exploração dos humanos considerados inferiores continuam ativas: trabalho escravo, trabalho análogo à escravidão, misoginia, homofobia, intolerância religiosa, trabalho infantil, violência doméstica, racismo, entre outras, abundam no discurso e na prática social em muitos países do Sul Global, ora chamados de subdesenvolvidos.

A fim de romper com tais heranças que perpetuam a colonialidade, pesquisadores como Walter Dignolo (2007), Enrique Dussel (2000), Aníbal Quijano (2005), Catherine Walsh e Edgard Lander (2005) e Nelson Maldonado-torres (2017), que integram o grupo de estudos MCD – Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade, propuseram a “decolonialidade” como forma de enfrentamento e ruptura da colonialidade de moderno pensamento capitalista, perpetuadores das várias ordens históricas de submissão e exploração.

Resistência e desconstrução são as palavras-chave surgidas como norte para sair da subalternização e criticar a modernidade e o capitalismo; dando voz aos oprimidos, propondo e fomentando a libertação econômica, política, social e cultural a fim de que se resgate o apreço a estima aos seres e aos grupos formados em nome da resistência, como os movimentos sociais por moradia, emprego e saúde pública, os movimentos feministas, os movimentos pela posse da terra, os grupos ecológicos e de defesa do ambiente, o movimento LGBTQIA+, entre outros.

Resistência e desconstrução são aspectos também de interesse da Linguística Aplicada Crítica, que é uma ciência que visa entender, analisar e esmiuçar os usos da linguagem e de discursos não só no aspecto gramatical, estrutural ou histórico, mas também na linguagem que reproduz resultados de vivências sócio-histórico-culturais e, portanto, são carregados de ideologias. Tal qual o grupo MCD, *op. cit.*, inspirados neles e em outros tantos, pesquisadores brasileiros produziram pesquisas cuja finalidade é fomentar a ruptura com o pensamento que perpetua a colonialidade.

Mais que um livro, um convite indispensável, a obra *Decolonialidade: pontos e contrapontos na educação linguística crítica*, que tem como organizadora Grassinete C. de Albuquerque Oliveira, professora universitária em cursos de graduação e de pós-graduação na Universidade Federal do Acre – UFAC – Doutora em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem pela PUC-SP, pesquisadora, é um chamamento para entender como a presença da colonialidade coloca a produção científica e acadêmica brasileiras como subalterna, ainda minimizada devido à presença, em nossa cultura e sociedade, do modelo eurocêntrico como o ideal. Neste convite compartilhado por consagrados pesquisadores em Linguística Aplicada, nas seções e capítulos a seguir, o leitor encontrará a aplicação do pensamento decolonial voltado para vários setores, citados anteriormente.

Na parte I: “EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E DECOLONIALIDADE” encontramos a seleção de capítulos em que a discussão acerca do papel da Educação e da Linguagem como instrumento decolonizador na formação de cidadãos, professores e pesquisadores tem sido essencial.

O primeiro capítulo, “Em favor da Educação Linguística Crítica Decolonial: Perspectivas em um Curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada” diz respeito à educação superior; nele, Grassinete Oliveira e Ângela Lessa, professoras em cursos de pós-graduação, analisam o agir do pensamento decolonial de acadêmicos cursistas da Disciplina de Linguística Aplicada no curso de Pós-graduação em Educação, Humanidades e Linguagens, da Universidade Federal do Acre.

As docentes formaram uma bibliografia densa para a ementa e curso, iniciando pela discussão que leva o nome deste livro, o conceito de Educação Linguística Crítica, de Enunciado Concreto e pela concepção de Bakhtin de que os discursos não possuem nem primeira nem última palavra como também não há limite ideológico no discurso, uma vez que ele acompanha o desenvolvimento humano e nele é (re)formado.

Os enunciados produzidos pelos alunos, em cada aula da disciplina, abordam questões como o agir docente, como as discussões acerca do currículo e seu papel na e para a formação acadêmica. As docentes propuseram a discussão do papel social da linguagem, que é socialmente construída e está presente nas esferas mais diversas da comunicação humana; dessa maneira, a linguagem espelha, por meio dos enunciados concretos, condições e fins específicos em que a arquitetura discursiva é organizada pela forma, pelo conteúdo e pelo estilo do enunciatador que, em seus enunciados, demonstra sua visão de mundo e suas reflexões sobre a realidade que o circunda.

A disciplina abordou quais práticas pedagógicas podem romper com a questão de que o saber ocidental eurocêntrico é considerado ideal e único, diminuindo ou considerando o saber construído fora desse centro como ineficiente para os processos de ensino-aprendizagem.

Por fim, os enunciados produzidos pelos alunos acerca das discussões propostas foram reunidos e analisados a partir dos conceitos da Análise Dialógica do Discurso (ADD), por considerar a linguagem como consequência de vivências, vieses ideológicos, costumes, crenças, juízos de valor atribuído às situações; assim sendo, a linguagem é viva e se renova.

Sem antecipar qualquer resultado da análise, convido o leitor a se juntar às opiniões emitidas e ao fechamento da análise, a meu ver, ponto alto do capítulo que abre este livro necessário para todo acadêmico e todo cidadão em busca de uma educação linguística crítica decolonial.

O segundo capítulo-tema do livro *Decolonialidade: pontos e contrapontos na educação linguística crítica*, é dedicado a uma ordem especial de invisibilizados pela colonialidade: as pessoas com deficiência que necessitam de políticas públicas de inclusão para figurar como “seres de direito” diante da sociedade que os relega a segundo plano. No segundo capítulo, intitulado “Decolonialidade e Educação Inclusiva: Para Pensar a Educação Docente”, cujos autores Rubens Lacerda de Sá e Sueli Salles Fidalgo, com base da Filosofia do Absurdo de Albert Camus (1995), comparam a situação díspar que atinge os que precisam de inclusão, pois, se de um lado existem as (escassas) políticas públicas para tanto, de outro, aqueles de delas necessitam para minimamente se locomover, estudar e ter benefícios como isenção de tarifas, gratuidade em medicação de uso contínuo, entre outros.

Os autores, cujos temas de pesquisa residem da educação inclusiva, discutem-na como instrumento para a promoção da justiça social e, também, a necessidade da formação docente habilitada para trabalhar com esse aluno específico, com necessidades educacionais especiais, que variam desde a concepção arquitetônica da escola, material em Braille, até a presença de intérpretes de Libras, não excluindo as demais diversidades presentes na escola.

Os autores levantam ainda a questão acerca da política inclusiva ser realmente inclusiva ou se, na realidade, é excludente, uma vez que é excluído que necessita de inclusão (SAWAIA, 2004), concluem eles que uma educação de fato inclusiva também precisa da ruptura com o pensamento e a prática da colonialidade a inferiorizar as reais capacidades e talentos de cada um dos colonizados sul-globais.

Em “Devenires místicos en la educación: Hacia la descolonización del método”, terceiro capítulo desta obra, de autoria de Jafte Dilean Robles Lomelí, temos o questionamento acerca dos métodos de ensino que colocam o professor como detentor-centralizador do conhecimento passado aos alunos, bem como do controle exercido sobre eles, controle e dominação exercido primeiramente no sistema familiar e posteriormente no sistema escolar.

A ideia é otimização do aluno, como se ele precisasse de contínuas correções para compensar o fato de ter nascido imperfeito, ou seja, uma reprodução da colonialidade em que terras e nativos (inferiorizados) precisam ser reconfigurados para se adequar aos sistemas socio-políticos vigentes.

Lomelí retoma o exemplo a mística de Santa Teresa de Jesus, pois ela propõe uma identificação de si pela transmutação dos sentidos, alcançada por meio da oração que leva a alma à união mística ou ao arrebatamento. Destaco do texto o seguinte trecho:

Embora Santa Teresa queira cumprir o procedimento de Osuna ao pé da letra, ela não entende exatamente o que acontece com o corpo humano quando os sentidos sucumbem à escuridão. É por isso que, na tentativa de se livrar da abstração, em sua aula ele transforma os poderes humanos em animais que habitam o jardim paradisíaco do Cântico dos Cânticos.

Entendo, nesse excerto, um diálogo decolonizador metaforizado em que a autora compara o poder libertador e transcendente da oração ao alcance da decolonialidade por meio da educação, conforme refere nos parágrafos iniciais do texto.

Maristela Alves de Souza Diniz e Ghislaine Brito Arruda, no quarto capítulo deste exemplar, intitulado “(De)Colonialidade linguística e ensino de línguas: reflexões no contexto de tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia” apresentam discussões acerca das próprias trajetórias acadêmicas, destacando a experiência como docentes de língua espanhola na região da tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia.

As autoras salientam que as discussões apresentadas no evento *Diálogos Decoloniais em Ensino de Línguas e Discursos* do Grupo de Estudos de Análise do Discurso e Ensino de Línguas – GEADEL, da Universidade Federal do Acre – UFAC –, serviram como base e ferramenta para a promoção de debates sobre a decolonialidade nas práticas de ensino, aliando o diálogo proposto e as reflexões dele originadas

à prática docente. As autoras, professoras de língua espanhola, convidam-nos a refletir sobre a participação da língua dos povos originários indígenas nos documentos oficiais que regulam o ensino de língua espanhola do Estado do Acre.

A tríplice fronteira indicada é um espaço multicultural, multiétnico e multilingüístico, a partir de tal realidade, as autoras analisam se:

- i) As diretrizes curriculares oficiais para o ensino de língua espanhola no Acre orientam-se em uma perspectiva decolonial e contemplam o conhecimento das línguas e culturas indígenas presentes no contexto fronteiriço com o propósito de mostrar aos estudantes a realidade de sua própria situação/entorno geográfico-histórico-social?
- ii) Subjazem nos documentos oficiais elementos que permitam desenvolver nos aprendizes atitudes de estima e respeito pelo outro, curiosidade e aceitação positiva pelo entorno multilíngue e multicultural?

Por meio de levantamento bibliográfico, recorreram a duas pesquisas (2018 e 2020) que analisaram o currículo antigo e o vigente (2010 e 2018, respectivamente) do ensino de Língua Espanhola para o Ensino Fundamental no Acre. A fim de não antecipar resultados da análise por crer que a leitura é necessária, encerro a apresentação deste capítulo afirmando que as questões principais foram respondidas pelas autoras, porém, recomendo ao leitor que dialogue com o texto.

O capítulo posterior, quinto, intitulado “Escrevivências e etnografias do ensino: os multiletramentos afro-brasileiros de Conceição Evaristo” tem como autores Amilton Queiroz, Ezilda Maciel, Simone Lima e Rogério Mesquita, os quais abordam aspectos concernentes à didática voltada para o ensino de Literatura, mais precisamente na obra de Conceição Evaristo como ponto de partida para refletir as questões acerca da decolonialidade, em uma amplitude que, segundo os autores, embasam a discussão desde a educação básica até o ensino superior.

Para cumprir os propósitos da pesquisa, os autores discutem o conceito de multiletramentos decoloniais como um “horizonte em construção²” como base para repensar a didática das literaturas para, assim, “foco explorar as questões da escrevivência e etnografia do ensino.” Em derradeiro, os autores imergem na questão do multiletramentos decolonial afro-brasileiro por meio da leitura de “Maria”, um conto evaristiano (2015) que retrata questões raciais referentes à mulher negra e de escrita com base em memórias.

A parte II do livro, “DISCURSO E DEMOCRACIA³”, é composta por pesquisas que apontam diretamente o cidadão injuriado em direitos essenciais, de ser respeitado por sua etnia, por seu credo religioso e em seu direito de ter um trabalho digno, remunerado, exercido em condições seguras e salubres.

Iniciando os discursos o sexto capítulo, assinado por Fernanda Righi e intitulado ‘Do Brasil para os Estados Unidos: a democracia racial na aula de Estudos Latino-americanos’, tem como cerne os estudos afro-latino-americanos como disciplina nos estudos interdisciplinares nos Estados Unidos, área de estudo introduzida no currículo a partir das décadas finais do século XX, tendo sua continuidade durante o século XXI.

Tais estudos abordam a presença de “pessoas de herança africana na América-Latina” bem como sua cultura, história e marcos da resistência contra exploração e escravização (herança do período colonial e ingrediente da colonialidade), a participação na formação da sociedade atual bem como sua presença como geradora de desigualdades (sociais, nos direitos, entre outras citada pela autora).

Assim, a autora chega na questão da democracia racial no século XX nos Estados Unidos passando sobre a formação das relações raciais na América Latina para demonstrar, assim, como ocorreu e ainda ocorre a desigualdade racial em seus determinantes históricos, fomentando assim o debate sobre justiça racial naquele país.

2 Nas palavras dos autores.

3 Que numa opinião puramente pessoal poderia ter sido intitulada “Cidadania e Democracia”.

A tentativa de estabelecimento de uma religião brasileira e a opressão contra tal tentativa, advinda do neocolonialismo presente na fala do atual presidente brasileiro ao se expressar contra a existência dessa religião, demonstrando assim, intolerância religiosa e dominação por meio da religião é o tema trazido por Luciano Mendes Saraiva e Wilder Kleber Fernandes de Santana no sétimo capítulo, cujo título é “Traços Neocoloniais no Discurso Sobre uma “Religião Brasileira”: Opressão e Tentativas de Dominação Religiosa”.

Os autores analisam a fala do atual presidente como meio para manutenção do poder e de sua ideologia; igualmente, identificaram nessa fala sinais do pensamento colonizador, vestígios de opressão e tentativas de calar as religiões minoritárias que se oporiam ao Cristianismo vigente, seja na forma do catolicismo ou do protestantismo.

Para a análise do *corpus* que é constituído de uma resposta do presidente a repórteres durante uma formatura de Sargentos do Exército na Cidade de Guaratinguetá, interior do Estado de São Paulo, em 21 de junho de 2021, os autores recorreram à perspectiva dialógica da linguagem de Bakhtin (2006 [1979]; 2010 [1930-34]) e Medviédev (2016 [1928]) e aos estudos neocoloniais (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2007).

No decorrer das seções do capítulo, os autores percorrem pelo conceito de religião e pelo uso político da religião como manutenção de poder, passam pela noção de Neocolonialidade e seus antecedentes históricos, propiciando o entendimento desse fenômeno na atualidade e, por fim, indicam os grupos religiosos minoritários que padecem ante o discurso e a ação gerada pelo presidente, gerando tentativas de apagamento desses grupos e suas práticas religiosas em prol da manutenção do Cristianismo europeu.

O oitavo capítulo que encerra a parte II do livro Decolonialidade: pontos e contrapontos na educação linguística crítica, mas não os diálogos e as ações necessárias, Ederson Luís Silveira discute, em sua pesquisa intitulada “Notas Sobre Foucault, a Necropolítica e a Indignidade e Falar pelos Outros” se, após a proclamação da Lei Áurea (que

deu como extinta a escravidão no Brasil), somos realmente um país livre da prática da escravização.

O autor recorre a Michel Foucault, aos estudos de Achille Mbembe e de Berenice Bento para fundamentar as proposições analíticas que faz ao decorrer de seu texto. Mais que um diálogo, é uma contribuição social de elevada importância por denunciar e propor soluções contra a disseminação de trabalho análogo à escravidão. Ressalte-se ser este o tema central da tese de doutoramento defendida em 2020 por Ederson, o qual analisa o ciclo da escravização de trabalhadores, bem como da discriminação racial (contra negros e indígenas) e xenofobia (no Estado de São Paulo). Por ser, infelizmente, comum encontrar bolivianos trabalhando em situação de escravização para abastecer o mercado de vestuário, o autor apresenta que os corpos escravizados são os periféricos (entre eles, crianças), os pobres, os menos escolarizados, os que vivem na imigração ilegal, ou seja, os corpos escravizáveis são aqueles que se encontram sob as mais variadas formas de vulnerabilidade, estejam eles nas cidades interioranas ou nas grandes cidades do Brasil.

O autor responsabiliza a necropolítica, com base nos estudos de Mbembe, como política de destruição de corpos que, quando mortos, são apenas substituídos por outros (corpos) vivos capazes de produzir e de serem escravizados. Soma-se à colonialidade, como razão pela qual os invisíveis na sociedade, na cultura e na história atuais são calados e é com indignidade que o pesquisador procura dar-lhes vozes, para que as políticas públicas vigentes nas relações de trabalho e emprego sejam aplicadas a cada corpo no Brasil.

Finalmente, a parte III da obra, “LETRAMENTOS E PEDAGOGIA DECOLONIAL” reúne pesquisas cujo cerne é a discussão acerca do papel que materiais didáticos sejam instrumentos para alfabetizar, ler e educar crianças, jovens e adultos capazes de questionar e criticar toda forma de subalternização cultural, tanto em sua formação individual quanto para sua convivência social, profissional e política.

Seguindo com o nosso diálogo decolonial, o capítulo 9, de autoria de Silvia Conceição Armada Martins discute sobre “Letramento Decolonial Crítico: um olhar sobre o livro didático”. A autora propõe e convida a discutir os fundamentos e as perspectivas do letramento decolonial crítico, que nos mostra como trajetória rumo à compreensão de valores culturais e de múltiplas linguagens no que tange às práticas sociais decoloniais constantes nos livros didáticos.

Nas seções desse capítulo, a autora relembra a afirmação de Paulo Freire de que a leitura do mundo é anterior à leitura da palavra e, ainda embasada em Freire, destaca que usará o termo “letramento” no plural, letramentos, posto que são múltiplos os letramentos e semioses pelas quais um sujeito passa. Prosseguindo, a autora explora os conceitos de colonialismo, colonialidade e decolonialidade e reflete acerca dos impactos da aplicação desses fazeres em nossa sociedade, cultura e até mesmo em nosso agir.

Na terceira seção, que antecede a de análise do *corpus*, a autora convida a fazer reflexões a respeito do papel da Educação como ferramenta e meio para modificar o *status quo* de uma nação; para tanto, o livro didático tem papel essencial por agir na construção de “memórias coletivas e identidades sociais⁴”. Nessa seção, a autora apresenta e detalha as categorias de análise que utilizará na quarta seção de seu texto.

O décimo capítulo “Apontamentos Sobre o Narrador Benjaminiano em Milton Hatoum”, de autoria de Juciane Cavalheiro, resgata a função de personagem-narrador na obra de Milton Hatoum (1989, 2000, 2005, 2008, 2013), escritor brasileiro cuja obra mostra os movimentos migratórios europeus nas regiões Norte e Nordeste do país.

A retomada da memória por meio de experiências vividas e a arte de situar o leitor no presente da experiência é bem descrita pela autora ao analisar os papéis dos narradores. Sem mencionar diretamente a colonialidade, nos comportamentos dos migrantes e nas memórias

4 Palavras da autora.

dos narradores sobre si e sobre os contextos, podemos vislumbrar algumas heranças do Colonialismo.

No décimo primeiro capítulo, Letramento cartográfico digital crítico e pedagogia decolonial: geolocalizando e problematizando monumentos históricos, André Effgen de Aguiar traz um interessante estudo acerca de uma das formas de manutenção da colonialidade: os monumentos históricos que relembram e homenageiam dominadores e dominações à nossa terra e povo, entre eles, a estátua de Borba Gato (São Paulo) que passou por incêndio e tentativa de demolição (24 de julho de 2021) por representar um passado que não deve ser motivo de orgulho devido a explorações e torturas aplicadas, a mando de Borba, contra indígenas e africanos escravizados.

O autor recorre à Pedagogia Decolonial de Walsh (2009, 2013) a estudos sobre decolonialidade de Mignolo, (2003, 2007) e Quijano, (2005), sobre letramento Street, (2003, 2014) Kleiman, (1995, 2006), Soares (2003) e Rojo, 2009) na tentativa de convergir conceitos e “oportunizar outras possibilidades de estar, ser, sentir, existir, fazer, pensar, olhar, escutar e saber [...] na escola”⁵.

André Effgen sugere que há outras formas de se pensar a Pedagogia e as atividades escolares por meio da criatividade, adotando assim, métodos de ensino que ultrapassem a “monocultura”, que é característica da europeização do conhecimento, mostrando que a Educação é instrumento de mudança, de resistência e de decolonialidade.

O autor parte historicamente do assassinato de George Perry Floyd Jr., afro-americano que teve seu pescoço apertado pelo joelho do policial branco Derek Chauvin até que a asfixia mecânica concretizasse o homicídio de Floyd (25 de maio de 2020). A partir desse evento, nos Estados Unidos e em outros países do mundo surgiu o movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam). Como a vida imita a própria vida em exemplos de assassinatos contra negros, no Brasil, o cidadão João Alberto Silveira Freitas, 5 minutos e 20 segundos após ser espancado em um supermercado por seguranças, veio a sucumbir

5 Nas palavras do autor.

no local do ato ocorrido. Semelhantemente, esse evento gerou protestos sob o mesmo lema de Vidas Negras Importam.

André Effgen defende a ideia de que a sala de aula é o espaço por excelência para reflexão e debate dos temas como racismo, violência, presença de monumentos e demais símbolo que perpetuem a colonialidade e que Educação Decolonial é um instrumento de libertação.

Chegamos ao capítulo 12 do livro, no qual a obra literária *Rei Negro*, de Coelho Neto, é deslindada por Andressa Queiroz da Silva e Shelton Lima de Souza sob o título “Usos Linguísticos e Produções de Essencialismos na Caracterização de Personagens: Uma Análise da Obra *Rei Negro*, de Coelho Neto”.

Os autores iniciam sua pesquisa referindo que a passibilidade criada em torno da miscigenação brasileira, em verdade, sobrepuja uma verdade: a de que o Brasil é um país multicultural e multilíngue, não obstante o poder existente e as tentativas de, sob a justificativa de unificar o país sob o idioma trazidos pelos colonizadores portugueses, apagar a presença da língua dos povos originários indígenas e dos africanos escravizados⁶.

Focando na contribuição africana para a cultura brasileira e na literatura, os autores analisam a obra cuja primeira edição data de 2014 sob um viés multidisciplinar que abrange a Linguística Aplicada Crítica de Rajagopalan (2001) atingindo até um olhar inter e transdisciplinar a que chamam de (sócio)linguístico-literário, interpretando que o “(sócio)” não confina a análise dentro da sociolinguística, porém, perpassa e passa por ela, expandindo o olhar analítico que privilegia a interpretação sem essencializações teóricas, além da interação. Os autores buscam e tratam da construção identitárias do negro (ou povos negros) construídas na obra por meio de escolhas lexicais, sociais, que indicam a cultura e a língua africana inserida no (com)texto literário, demonstrando como as construções languageiras ajudam a (re)formar identidades.

6 Até mesmo dos franceses e holandeses que tentaram tomar o Norte e Nordeste e os italianos e alemães que tentaram tomar o Sul do Brasil.

Asseguro ao leitor que, assim como eu, ao término da leitura do *Decolonialidade: pontos e contrapontos na educação linguística crítica*, terá elementos para analisar cada fala, cada livro, vídeo, filme ou cada música em que a exploração de pessoas, da fauna e flora, dos recursos naturais, das culturas, dentre outros aspectos da vida humana, foi discutido neste livro ora sob o viés da exploração, ora sob o da educação linguística crítica como prática de liberdade decolonial.

Educar fazendo correções no que se ensina, no como se ensina, recusar e refutar a discriminação, denunciar toda e qualquer forma de exploração, resistir e ser resistência não é ser uma única andorinha a tentar fazer o verão, é alçar voo para encontrar as demais que voam no mesmo sentido, na direção de uma educação linguística crítica e de uma sociedade decolonizadora.

Boa leitura!!!

Referências

- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo**. Caderno CRH, v. 27, n. 72, p. 613-627, set.-dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mT3sC6wQ46rf4M9W7dYcwSj/abstract/?lang=pt>- Acesso em 24/09/2022.
- BALLESTRIN, Luciana. **América latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em 24/09/2022.
- SAWAIA, Bader B. **O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. In: SAWAIA, B. (org.). *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.